

# TRABALHO E EMANCIPAÇÃO: O CASO DOS EX-CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

## WORK AND EMANCIPATION: THE CASE OF EX-CUTTERS OF SUGAR CANE FROM THE NORTHWEST REGION OF PARANÁ STATE

**Patrícia Rodrigues da Silva**

Professora do Centro de Ensino Superior de Maringá – Cespar.

Recebido em: 02/02/2012

Aceito em: 09/08/2012

**Maria Iolanda Sachuk**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina – PPA/UEM/UJEL.

### RESUMO

Este artigo busca desvendar se os ex-cortadores de cana-de-açúcar que atualmente exercem atividades administrativas em nível operacional, nas usinas sucroalcooleiras da região noroeste do Estado do Paraná, manifestaram indícios de emancipação humana a partir da ação dialógica com seus ajustes profissionais. A pesquisa é qualitativa do tipo descritiva, cujo corte temporal foi seccional. Os resultados apontam que os ex-cortadores de cana-de-açúcar necessitam estar preparados para aproveitar as oportunidades que as usinas lócus da pesquisa venham a lhes conceder, e que são responsáveis por sua ascensão na estrutura hierárquica e social e por seu ajuste profissional; por meio dos relatos dos ex-cortadores de cana-de-açúcar, não foi possível observar indícios de emancipação após o ajuste profissional. Isso significa que não foi identificada a ação dialógica nem, tampouco, o entendimento mútuo. Concluiu-se que os participantes da pesquisa foram cooptados e absorvidos pela ideologia das usinas na região noroeste do Estado do Paraná.

**Palavras-chave:** ajuste profissional; agir comunicativo; emancipação humana.

### ABSTRACT

This article seeks to discover if the ex-cutters of sugar cane currently performing administrative functions at the operational level, in sugarcane mills in the Northwest Region of Paraná State, showed signs of human emancipation from the dialogic action with their professional adjustment. The qualitative research is descriptive, whose time was cut sectional. The results show that: the former sugar cane cutters need to be prepared to seize the opportunities that the *locus* of the plants research will give them and are responsible for its rise in the hierarchical structure and its social and professional setting; through the accounts of former sugar cane cutters was not observed evidence of emancipation after the professional setting. Therefore, dialogical action were not identified, nor the mutual understanding. It was concluded that the survey participants were co-opted and absorbed by the ideology of the plants in the northwest region of Paraná State.

**Keywords:** professional adjustment; communicative act; human emancipation.

#### Endereços dos autores:

**Patrícia Rodrigues da Silva**

p.rodrigues@uol.com.br

**Maria Iolanda Sachuk**

mariaiolanda.sachuk@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O atual mundo do trabalho passa por profundas transformações que impactam diretamente a subjetividade dos trabalhadores e modificam a forma de inserção destes indivíduos na estrutura produtiva, alterando também a forma de ser e os valores daqueles que constituíam a classe de operários, denominada classe que vive do trabalho.

Sob esta perspectiva de modificações no mundo do trabalho contemporâneo, pode-se dizer que as organizações e a sociedade caminham para maior complexidade das relações de trabalho. Os gestores das organizações passaram a perceber a necessidade de estimular e apoiar o contínuo desenvolvimento de pessoas como forma de manter suas vantagens competitivas. Sendo assim, os sujeitos passam, simultaneamente, a buscar seu contínuo desenvolvimento para obter mais segurança quanto à inserção no mercado de trabalho e na hierarquia social (MOURA & SOARES, 2010).

Na concepção de Enriquez (1995), o que querem os empresários são indivíduos conformados, adaptáveis e inovadores, fazendo com que a organização fale ao inconsciente das pessoas (as quais não reconhecem a contradição) e as induza a acreditar que lhes é possível ter sucesso e ser criativo, exercendo um papel individual ao mesmo tempo que cada um é solidário em uma equipe, ou seja, sem fazer derrotados.

Asseverou Enriquez (1997) que não significa que o indivíduo não possa, dentro de certas condições, ser criador de sua própria história, alcançar uma parcela de originalidade e autonomia no seu trabalho; significa que tudo na sociedade e, principalmente, na empresa é construído para fazer o indivíduo acreditar na sua vocação de homem livre e criador para colocá-lo, de fato, como diria Rousseau<sup>1</sup>, “nas grades”, grades sutis e tão ilustres que certos homens reivindicam-nas.

<sup>1</sup> Jean-Jacques Rousseau, um dos principais filósofos iluministas, acreditava que o homem era naturalmente bom, porém tornava-se corrompido pela sociedade com o passar do tempo. O progresso das ciências e das artes transformou o homem em vicioso e mau, corrompendo sua natureza íntima e prendendo-o em uma estrutura que o deixa tão pouco livre em relação ao seu corpo e ao seu modo de pensar.

A partir desta perspectiva de controle, a organização passa a requisitar trabalhadores sutis, capazes de tomar iniciativas, de reagir o mais rápido possível, por meio da leveza e da flexibilidade, diante dos acontecimentos imprevisíveis, constantes e numerosos com os quais são confrontados. Todos se tornam jogadores, tentando ganhar e devendo ter sucesso, mesmo nas piores condições, além de se mostrarem capazes de adquirir continuamente novos conhecimentos em diversas áreas e pertinentes para a empresa naquele instante (ENRIQUEZ, 1997).

Assim, neste contexto, em que o próprio indivíduo é quem se assegura de seu desenvolvimento profissional, desenvolvendo suas habilidades e competências, a capacidade de adaptação reforça a ligação destes sujeitos com a organização, envolvendo-os cada vez mais na estrutura organizacional, que os define de acordo com seus padrões e requisitos necessários. Assim, o reconhecimento do indivíduo pela empresa ocorre em função da capacidade de este internalizar as regras, adaptar-se às exigências e reproduzir sua ideologia (SCHMITT, 2003).

A partir de tal concepção em que o indivíduo absorve os desígnios da organização da qual faz parte, pode-se entender a possibilidade de ascensão profissional como uma parte da estrutura política da organização, pois assegura que as pessoas recrutadas permaneçam na estrutura organizacional. Além disso, demonstra o tipo de pressão instituída sobre os funcionários que integram esta estrutura, já que nem sempre os processos formais que capacitam os empregados para as necessidades da empresa coadunam-se com as reais necessidades e os interesses destas pessoas (CHANLAT, 1995).

Essas mudanças e transformações ocorridas no mundo do trabalho também repercutiram na estrutura organizacional do setor sucroalcooleiro, bem como na atuação de seus trabalhadores, os quais passaram a desenvolver papéis diferenciados que caracterizam seu ajuste na estrutura organizacional. Como exemplo, podem-se citar os ex-cortadores de cana-de-açúcar que, por meio da ascensão na estrutura organizacional, saíram de um trabalho exaustivo e braçal, passando a desenvolver funções que exigem mais de suas capacidades intelectuais.

Uma vez ocorridas tais mudanças e transformações no mundo do trabalho, e também no setor

sucroalcooleiro, as possibilidades de mudanças nas concepções de mundo e no comportamento dos trabalhadores também podem ser suscitadas. Como uma das formas de mudanças nestas concepções de mundo está a emancipação, que neste trabalho será caracterizada pela ação em que os indivíduos, por meio do ato da fala, ou seja, da ação dialógica, se libertam dos mecanismos que os controlam e manifestam suas vontades e seus interesses em sua ascensão profissional.

Neste trabalho, a pesquisa se caracteriza como descritiva, de natureza qualitativa. Para coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, sendo que o lócus da pesquisa foram usinas sucroalcooleiras. A partir dos resultados aqui apresentados, perceber-se-á que os ex-cortadores de cana-de-açúcar que vivenciaram o ajuste profissional não apresentaram características de emancipação, já que a ação dialógica e o entendimento mútuo não emergiram em seus depoimentos.

Considerando-se o exposto, apresenta-se como problema de pesquisa a seguinte questão: há indícios de manifestação de emancipação humana, ocorrida por meio da ação dialógica, nos ex-cortadores de cana-de-açúcar que exercem atividades administrativas em nível operacional nas usinas da região noroeste do Estado do Paraná?

## 2. EMANCIPAÇÃO HUMANA

Segundo Pizzi (2005), a emancipação (do latim *emancipare*) significa declarar alguém como independente, pois a ação representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais e países da tutela política, econômica e cultural. Sendo assim, o ideal libertador se apoia na possibilidade (e necessidade) de os indivíduos se libertarem de obstáculos e alienações impostos sobre eles. A emancipação pode ser vista ainda como uma possibilidade de resistência dos indivíduos às formas de dominação vigentes por meio do exercício crítico e reflexivo da razão (GOMES, 2007).

De acordo com Martínez (1986: 389), “emancipação é o ato simples ou complexo pelo qual uma pessoa, classe ou país se liberta do estado de sujeição em que se encontrava anteriormente”. A emancipação se caracteriza como um novo estado em que a

pessoa se encontra, pois ela passa a compreender os mecanismos de controle aos quais era submetida e, a partir de então, livra-se deles.

Para Outhwaite & Bottomore (1996), as ciências emancipatórias tratam da identificação e remoção de obstáculos impostos sobre os indivíduos, tais como blocos psicológicos e ideologias sociais dominantes. A remoção destes obstáculos ocorre a partir do momento em que o indivíduo transforma a maneira de compreender a si próprio, o que faz com que rompa as barreiras (sociais, políticas, culturais) impostas sobre ele.

Conforme demonstrou Marx (2002), a emancipação pode ser vista como um projeto que elimina os obstáculos que impedem a liberdade de todos os homens. A tarefa principal deste projeto emancipatório é reabilitar os indivíduos por meio da libertação total de todos os sentidos e atributos humanos, para resgatá-los do lugar inferior no qual eles se encontram.

Segundo Silva (2007), a possibilidade real de emancipação toma a feição concreta numa prática transformadora, que leva à constituição de uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais. O projeto emancipatório busca identificar a liberdade dos indivíduos, opondo-se ao conformismo e à manipulação dos seres humanos pelo trabalho ou pela realidade que os domina e pela imutabilidade da forma social.

Sendo assim, cabe destacar que, para a concretização do projeto emancipatório citado por Silva (2007), o indivíduo deve tornar-se um sujeito consciente e determinar ativamente a sua própria forma de vida. O fato de emancipar-se não limita o sujeito à simples compreensão das complexas relações de seus poderes humanos, mas sim da apropriação de sua essência total.

No entanto, para Pizzi (2005), a emancipação não pode ser entendida como independência completa dos elementos que cercam o indivíduo, pois não se trata de libertar o sujeito do sistema social, isentando-o de suas responsabilidades sociais e/ou morais. O que se deseja, sim, é a compreensão das relações de elementos e diretrizes que envolvem as pessoas. Nestes termos em que os indivíduos compreendem os elementos que os envolvem, os estudos da emancipação humana possuem dimensões que expressam

formas não somente na vida organizacional, mas também na vida social, política, cultural e econômica.

Além disso, asseverou Pizzi (2005) que o desenvolvimento emancipatório aborda dois aspectos: (a) um aspecto endógeno, particular, interno, cuja meta é o reconhecimento das obrigações e da responsabilidade individual; (b) outro aspecto exógeno, que se associa a fatores externos, ou seja, à competência em assumir e agir de acordo com normas sociais e morais, vinculadas a padrões mínimos exigíveis para qualquer ser humano.

Ainda sobre o aspecto endógeno e exógeno, Pizzi (2005) ressaltou que tais aspectos fundamentam o desenvolvimento emancipacionista dos indivíduos, pois relacionam valores do sujeito com as normas da sociedade, não limitando a emancipação a um movimento político, econômico ou social, mas sim a uma inter-relação do sujeito com o contexto que o envolve.

Sob esta perspectiva de inter-relação do indivíduo com o meio que o cerca, cabe a afirmação de Luiz (2005), segundo a qual a emancipação humana é construída por diferentes sujeitos sociais e, principalmente, por vários elementos que dão materialidade a estes sujeitos. Além disso, a emancipação possui dimensões que se expressam de diferentes formas na vida social, política, cultural e econômica.

Buscando compreender tais dimensões da emancipação humana, abordar-se-á a seguir a teoria da ação comunicativa, a qual trata da emancipação como contida no ato da fala, a partir da ação dialógica e do entendimento dos sujeitos em meio à comunicação adequada e livre de qualquer tipo de coerção.

## 2.1 Teoria da ação comunicativa de Habermas

Segundo Habermas (2003), toda expressão dotada de sentido, seja um proferimento verbal, seja não verbal, um artefato qualquer como um utensílio, uma instituição ou um documento, pode ser identificada em uma perspectiva bifocal, isto é, tanto como ocorrência observável quanto como a objetivação inteligível de um significado. Portanto, é possível descrever e explicar um elemento ou artefato sem saber seu real significado, fazendo-o somente pelo que se observa dele. Para captar e formular seu significado, é preciso envolvimento e entendimento das partes

envolvidas, o que pode ocorrer por meio do agir comunicativo.

Sob a perspectiva do agir comunicativo, a emancipação, para Habermas (2003), não resulta de modo algum do paradigma da produção conforme descrito por Karl Marx, mas sim do paradigma do agir orientado para o entendimento mútuo. Sendo assim, a descoberta da razão é propiciada pela atividade dos indivíduos que se comunicam por meio da linguagem, tendo por objetivo a ação orientada pelo entendimento, que constitui o conceito do agir comunicativo.

Na concepção de Vizeu (2011), a teoria da ação comunicativa parte do pressuposto de que a realidade humana é apreendida por meio da competência linguística em sua natureza objetiva ou subjetiva, isto é, o mundo concreto dos fatos ou o mundo interior/subjetividade, respectivamente.

Asseverou Vizeu (2011) que, por intermédio da competência linguística, ou seja, da comunicação, os indivíduos articulam seu entendimento sobre a realidade juntamente com as pessoas com as quais convivem. Além disso, é necessário que os seres humanos entendam como verdadeiros e livres de qualquer tipo de coerção os elementos expressos por eles através do diálogo, pois somente dessa forma a ação terá o que Habermas chamou de pretensão de validade objetiva. Sendo assim, pode-se dizer que “a interação humana orientada para o entendimento é a verdadeira relação dialógica, e é denominada por Habermas como a ação comunicativa” (VIZEU, 2011: 67).

Segundo Habermas (2003), a razão comunicativa é o tipo de ação pela qual os agentes são considerados competentes linguisticamente quando empregam o uso de argumentos válidos e capazes de fundamentar suas proposições na interação comunicativa. Essa espécie de ação ocorre por meio de uma orientação dialógica e coordenação mútua destes agentes, suscitando, assim, a ação dialógica em virtude da capacidade comunicativa destes agentes.

Ademais, no agir comunicativo, as interpretações cognitivas, as expectativas morais, as expressões e valorações dos indivíduos têm de qualquer modo que se interpenetram. Até porque o entendimento linguístico está calcado nas ações de fala dos indivíduos, e tais ações de fala não podem ter dupla intenção, ou seja, além de chegarem a um acordo com o destina-

tário, estas ações não podem produzir, de modo causal, qualquer tipo de coerção ou influência sobre ele (HABERMAS, 2003).

Sob esta perspectiva de que um acordo é algo que não pode ser imposto a partir de uma força externa, Habermas (1990) ressaltou que, ao fazer uso do agir comunicativo balizado na linguagem dirigida ao entendimento, os atores levam em conta uns aos outros e definem cooperativamente os seus planos de ação por meio dos processos de entendimento mútuo e em uma perspectiva de visão compartilhada na base de interpretações comuns da situação.

Assim, o entendimento através da linguagem ocorre quando os atores unem-se por intermédio da validade pretendida de suas ações de fala, levando em consideração os dissensos constatados, de sorte que, mediante as tais ações de fala, são levantadas as pretensões de validade criticáveis, apontando para um reconhecimento intersubjetivo, e empregam o tipo correto de argumentos para que, desta maneira, cheguem ao entendimento mútuo (HABERMAS, 1990).

É preciso falar a mesma linguagem e como entrar no mundo da vida, compartilhado intersubjetivamente por uma comunidade linguística, a fim de poder tirar vantagens da peculiar reflexividade da linguagem natural e poder apoiar a descrição de uma ação executada por palavras sobre a compreensão do autocomentário implícito nessa ação verbal (HABERMAS, 1990: 67).

Sob esta perspectiva em que o ato da fala é compartilhado, o uso da linguagem é dirigido ao entendimento dos sujeitos. O contato comunicativo por meio do qual tais atos de fala são realizados coloca as orientações e os processos da ação talhados conforme os atores envolvidos, sob os limites estruturais de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente. Assim, o entendimento entre os sujeitos possui conteúdo normativo, ou seja, um falante se entende com outro sobre algo se ambos aceitarem os proferimentos como válidos (HABERMAS, 1990).

Asseverou Habermas (2003) que, ao se entenderem mutuamente, os sujeitos, tanto falante quanto ouvinte, estão envolvidos nas funções que as ações comunicativas realizam para a reprodução do mundo da vida comum. Não há, desta forma, distorções

acerca do contexto abordado, já que ambas as partes empenham-se em um processo de entendimento mútuo.

Ademais, Baumgarten (1998) afirmou que, para a situação ideal de fala a ser atingida, é necessário que todos os interessados participem do discurso, tendo oportunidades idênticas de argumentar dentro dos sistemas conceituais existentes ou transcendendo-os. As chances destes indivíduos que participam do discurso com afirmações, interpretações e recomendações têm de ser simétricas e livres de qualquer tipo de coerção.

Ao analisar a estrutura do ato de fala, Boufleuer (1997) concluiu que ele é explicitado com a comunicação linguística e se conecta com a reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida. Isto significa que um ato de fala se revela em sua estrutura a partir da expressão daquilo que o indivíduo tem em mente para comunicar ao outro, o que corresponde, respectivamente, aos componentes expressivo, proposicional e ilocucionário dos atos de fala.

Seguindo ainda com a prática discursiva, Boufleuer (1997) explicou os componentes acima citados da seguinte maneira: (a) o componente expressivo é percebido sob a forma de vivências do indivíduo que se expressam; (b) o componente proposicional se identifica sob a forma de cognições ou conhecimentos do indivíduo; (c) o componente ilocucionário se reconhece sob a forma de obrigações do ato de fala.

É por meio da interação dos componentes expressivo, proposicional e ilocucionários dos atos de fala que a objetividade do mundo social é determinada, ou seja, por intermédio das interações simbólicas dos seus agentes, os homens que comunicativamente constroem sentidos (BOUFLEUER, 1997).

Na mesma linha de raciocínio acima exposta, de acordo com Stieltjes (2001), o ato da fala e a pragmática universal que lhe serve de esteio não abrem apenas um campo de realidade, mas principalmente a possibilidade, sob a égide da razão comunicativa, de constituir o campo de realidade em todas as instâncias mencionadas, em uma ordem que não seja a da dominação, mas sim de uma nova forma de razão entre os indivíduos.

Para Stieltjes (2001), a busca por esta nova forma de razão é suscitada por meio da linguagem, de modo

que os indivíduos tornam-se sujeitos da ação e de sua natureza interna, tais como as intenções que ele pode expressar enquanto vivências próprias são manifestadas por suas atitudes, pelo conhecimento da linguagem e na interação com outros sujeitos.

Ademais, por intermédio da emancipação humana, ocorre a formação da individuação e o processo de socialização do indivíduo que suscita questões da ação comunicativa, tais como a relação entre unidade e multiplicidade, o processo de síntese, as formas de interação e integração social (STIELTJES, 2001). A questão assim se esclarece:

[...] trata-se da substituição do paradigma da consciência de si, da autorreferência de um sujeito que conhece e age isoladamente, pelo paradigma da intercompreensão, isto é, da relação intersubjetiva de indivíduos que, socializados através da comunicação, se reconhecem mutuamente (STIELTJES, 2001: 128).

Cabe ressaltar, assim, que, na medida em que o sujeito participa de um processo de socialização e incorpora inicialmente aquilo que as pessoas de referência esperam dele, este sujeito passa a se orientar por um centro interior de autocomando do comportamento e, em seguida, por meio da abstração, a integrar e generalizar as expectativas múltiplas, inclusive as contraditórias (HABERMAS, 1990).

Além disso, asseverou Habermas (1990) que, ao se conceber a individuação, não se limita a autorrealização de um sujeito autoativo que encontra sua liberdade no agir solitário, mas sim de um indivíduo envolvido em um processo linguisticamente ocorrido por meio da socialização e, ao mesmo tempo, da constituição de uma história de vida consciente de si mesmo.

Assim, a ação comunicativa torna-se, no âmbito social, um conceito normativo, um padrão ideal a ser buscado e, ao mesmo tempo, um critério de evolução que busca um novo paradigma, capaz de orientar o processo de emancipação humana (BAUMGARTEN, 1998). Por outro lado, Habermas (2003) disse que os acordos alcançados em casos nos quais as pessoas envolvidas se ajustam reciprocamente para coordenar seus planos de ação constituem-se como interações comunicativas, que são medidas pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade dos sujeitos envolvidos. A esse respeito, Habermas (2003) afirmou que:

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o **iniciador**, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o **produto** das tradições nas quais se encontra dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria (HABERMAS, 2003: 166).

De tal modo, por meio da competência comunicativa, estabelece-se um processo de racionalização individual e social em que se observa a possibilidade de recuperação da perspectiva de emancipação da razão, por intermédio de uma linguagem compartilhada intersubjetiva que leva os atores a se submeterem aos critérios públicos da racionalidade do entendimento (HABERMAS, 2003). Ademais, o agir comunicativo tem de satisfazer as condições de entendimento e cooperação. Tais condições foram detalhadas por Habermas (1990) da seguinte forma:

a) os atores participantes comportam-se cooperativamente e tentam colocar seus planos (no horizonte de um mundo da vida compartilhado) em sintonia uns com os outros na base de interpretações comuns da situação; b) os atores envolvidos estão dispostos a atingir os objetivos mediatos da definição comum da situação e da coordenação da ação, assumindo os papéis de falantes e ouvintes em processos de entendimento, portanto, pelo caminho da busca sincera ou sem reservas de fins ilocucionários (HABERMAS, 1990: 129).

Portanto, na concepção de Habermas (2003), o que caracteriza o agir comunicativo são os atos de entendimento mútuo que vinculam os planos de ação dos diferentes participantes e reúnem as ações dirigidas para objetivos em uma conexão interativa. Ou seja, o acordo não pode ser imposto à outra parte, e sim ocorrer por meio de um processo de entendimento mútuo, no qual os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas mediante um tipo de pacto existente ou negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

Corroborando o exposto, Boufleuer (1997) disse que o agir comunicativo pressupõe que os partici-

pantes podem chegar, por meio de manifestações de apoio ou de crítica, a um entendimento acerca do saber considerado válido para o prosseguimento da interação. Desta forma, as convicções intersubjetivamente compartilhadas constituem um potencial de razões que vinculam os sujeitos em termos de reciprocidade.

Asseverou Boufleuer (1997) que, por meio da compreensão e do reconhecimento do que é dito pelos sujeitos e conforme a verdade dos fatos explicitados, é estabelecido um consenso balizado em pretensões de validade, que constitui a base sobre a qual os homens se entendem entre si acerca do mundo.

De mais a mais, segundo Boufleuer (1997), o que se projeta a partir das condições e pressuposições dos atos de fala são dimensões que emanam da própria existência humana comunicativamente organizada. Tais condições da situação ideal de fala buscam garantir que as discussões estejam livres de limitações e dominações de qualquer espécie, antecipando, assim, uma existência emancipada dos indivíduos.

Sobre a capacidade de entendimento do indivíduo, consoante Habermas (2003), na medida em que os homens pensam, falam e agem coletivamente e de forma racional, acabam por se libertar tanto das maneiras de conceber o mundo impostas pela tradição quanto das formas de poder impostas pelas instituições, assumindo a ação comunicativa um caráter emancipatório. Além disso, por meio da ação comunicativa, torna-se possível combater o dogmatismo, a dominação social e qualquer forma de coerção interna ou externa imposta aos sujeitos falantes e agentes.

Assim, conforme salientou Barros (2002), a ação comunicativa, por intermédio de uma troca de experiências igualitária e participativa, permite o desenvolvimento de um projeto emancipatório que valoriza a autonomia individual e a liberdade de expressão dos indivíduos. Tais características se fundem em uma base para a compreensão dos sistemas sociais constituídos no compartilhamento e na emancipação do sujeito.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este artigo, foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, de natureza qualitativa. Segundo Demo (2000), na pesquisa qualitativa, há um interesse

em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes para o entendimento destes. Tais fenômenos, que primam pela qualidade no contexto social, são reconhecidamente muito subjetivos, e sua captação exige mais que mensuração de dados, pois o interesse da pesquisa qualitativa está em perceber a intensidade, e não apenas a extensão do fenômeno (DEMO, 2000).

De acordo com Triviños (2007), a pesquisa qualitativa é *per se* descritiva e tem por objetivo descrever, criteriosamente, os fatos e fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema. Neste artigo, procurou-se desvendar se os ex-cortadores de cana-de-açúcar, que hoje exercem atividades administrativas em nível operacional nas usinas da região noroeste do Estado do Paraná, manifestaram indícios de emancipação humana a partir da ação dialógica em seus ajustes profissionais.

A população pesquisada neste artigo é compreendida por ex-cortadores de cana-de-açúcar na região noroeste do Estado do Paraná, que permanecem trabalhando nas usinas em funções operacionais. Foram entrevistados quatro sujeitos que vivenciaram o ajuste profissional. A amostra da pesquisa é não probabilística e selecionada intencionalmente dentre a população mencionada, ou seja, os entrevistados foram escolhidos de acordo com sua disponibilidade e seu interesse em participar do estudo. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, não se usou a teoria da amostragem e, após a quarta entrevista, encerrou-se a coleta de dados, pois os relatos já se mostravam repetitivos e suficientes para responder à questão levantada *a priori*. Segundo Triviños (2007), em uma pesquisa qualitativa não importa o número de entrevistados, mas a especificidade e a originalidade dos dados coletados.

As informações foram compiladas por meio de entrevistas semiestruturadas com ex-cortadores de cana-de-açúcar na região noroeste do Estado do Paraná.

O roteiro de entrevista foi elaborado de forma que os participantes da pesquisa falassem sobre suas vidas profissionais na usina (o trabalho enquanto cortadores de cana-de-açúcar e, atualmente, em suas funções administrativas); sobre a forma pela qual o ajuste

profissional ocorreu; acerca dos modos de negociação entre eles e seus gestores e encarregados; a respeito do conhecimento e da reivindicação de seus direitos; e sobre o conhecimento em relação às suas atividades (tanto quando eram cortadores de cana como nas funções atuais).

Também foi solicitada, na ocasião da entrevista, a autorização para gravação a fim de que depois fossem feitas as transcrições e interpretações. As entrevistas foram realizadas na própria sede das usinas.

Para a interpretação dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que visa a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Neste artigo, as categorias de análise estabelecidas são a emancipação e o agir comunicativo. Tais categorias foram escolhidas de forma que o objetivo principal deste trabalho fosse atingido.

Considerando-se o compromisso firmado com os participantes da pesquisa, faz-se necessário ressaltar que o anonimato das pessoas envolvidas foi assegurado, e elas são aqui identificadas por intermédio da adoção de nomes fictícios. Sendo assim, os ex-cortadores de cana-de-açúcar foram denominados de A1, A2, A3 e A4.

### 3.1 Apresentação e interpretação dos dados coletados

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os ex-cortadores de cana-de-açúcar na região noroeste do Estado do Paraná estão apresentados na presente seção. Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas com a utilização de gravador digital de voz e as expressões e manifestações dos participantes registradas pelo pesquisador.

As informações obtidas, no mês de setembro de 2010, foram interpretadas à luz do referencial teórico acima exposto para desvendar se os ex-cortadores de cana-de-açúcar, que hoje exercem atividades administrativas em nível operacional nas usinas da região noroeste do Estado do Paraná, manifestaram indícios

de emancipação humana a partir da ação dialógica em seus ajustes profissionais.

Cabe ressaltar, também, que a interpretação dos dados coletados nas entrevistas não abrange a totalidade das falas. Os relatos dos participantes deste estudo foram contrastados com as categorias de pesquisa estabelecidas: emancipação e agir comunicativo, aqui abordadas como categorias A e B, sucessivamente. A partir das interpretações realizadas, buscou-se identificar pontos de convergência ou divergência destes relatos com os desdobramentos apresentados na teoria.

#### Categoria A – Emancipação

Ao serem indagados sobre a forma pela qual mudaram suas atividades na usina, os principais trechos dos depoimentos foram:

A1: “[...] acho que eu conquistei um espaço, eu tive oportunidade, a empresa me deu oportunidade, daí eu consegui conquistar, porque assim, sem oportunidade, também não se chega a lugar nenhum, e a usina me deu essa oportunidade, e dá para as pessoas aqui, eu me sinto importante [...] consegui mostrar meu trabalho, consegui ser encarregado e hoje tenho uma condição melhor a dar para minha família [...] na usina não, você tem uma firma, você tem um emprego independente, que é cortar cana. É um caminho a seguir, você trabalha e tinha a estabilidade de estar lá todos os dias... eu sabia que dali ia sair realmente o meu sustento e da minha família, era um caminho pra mim [...] eu falei pra mim, eu vou entrar lá na usina, é um trabalho digno e eu vou fazer com respeito, adquirir experiência e vou crescer [...] quando eu cortava cana o que eu pensava era... eu vou querer uma oportunidade, eu não vou ficar aqui cortando cana a vida toda, vou querer aprender [...]”.

A2: “[...] foi aparecendo oportunidade, e eu me empenhei... daí apareceu oportunidade pra mim (*sic*) treinar lá embaixo, daí eu fiquei lá na central de rádio, estava eu mais três pessoas da lavoura também... e foi eu (*sic*) que se destacou melhor entre esses três, estou lá... graças a Deus eu estou aí desde 2000 até agora... foi só pegar a oportunidade”.



A3: “[...] com muito esforço e tal me passaram para o plantio, no plantio lá colocaram eu pra descarregar caminhão... e pra descarregar caminhão eu me empenhava e eu era bem esforçado, então eu já senti que no plantio era bem diferente que no corte de cana, então pra descarregar caminhão ali, eu estava em primeiro lugar (*mudou o tom de voz, falou com entusiasmo*)...”.

A4: “[...] eu sempre corri atrás, foi aparecendo oportunidade pra treinar e pegar um novo cargo, então eu peguei [...]”.

Nos trechos dos depoimentos, foi possível observar que, desde quando entraram no corte de cana, A1 e A3 almejavam uma nova atividade dentro da usina para sua vida. No relato de A2, não foi observado este objetivo, mas sim um aproveitamento de oportunidade surgida para a mudança de função.

Conforme declararam A1 e A4, há a possibilidade de percorrer um caminho profissional dentro da usina, desde que a pessoa busque as oportunidades. Sendo assim, a partir destes relatos, notou-se que a usina propicia a possibilidade de crescimento dos funcionários, mas o ajuste profissional depende do desempenho dos próprios empregados. Ou seja, os funcionários precisam estar predispostos a buscar as oportunidades de crescimento concedidas pela usina, tornando-se, assim, responsáveis pelo seu próprio ajuste na estrutura organizacional.

Também foi possível observar, nos relatos de A2 e A3, a determinação de ambos em se empenhar de modo a serem reconhecidos para ocorrer, então, seu ajuste profissional na usina. A preocupação que A2 e A3 demonstraram estava vinculada aos resultados que eles alcançavam em suas atividades para continuarem a ter oportunidades de crescimento. Notou-se o cuidado dos trabalhadores em estarem ou não atendendo às expectativas de seus superiores no desenvolvimento de suas novas funções. Isto pode ser observado no depoimento de A3, quando ele falou da necessidade de não se acomodar, mas estar sempre pronto para atender às necessidades da organização, visto que a responsabilidade em sua função foi ampliada.

Sendo assim, cabe ressaltar o conceito de Bridges (1995), consoante o qual as novas formas de trabalho

são caracterizadas por um mundo sem empregos bem definidos e estáveis, que passa a exigir novas habilidades do trabalhador para realizar suas atividades. Estas características emergiram no depoimento de A3 no momento em que ele citou a necessidade de “correr atrás” depois que sua responsabilidade foi ampliada, ou seja, para ele, é necessário se preparar constantemente para atender aos requisitos de sua nova função e atingir os resultados esperados pela usina.

Esta preocupação das pessoas em estarem preparadas e aptas a desenvolver suas funções na organização, bem como de continuarem sua trajetória de modo ascendente na estrutura organizacional, foi considerada por Bridges (1995) como uma nova característica das formas de trabalho, segundo a qual os empregos passam a ser vistos como vinculados aos resultados que a organização atinge e os trabalhadores, caracterizados como pessoas cujo valor para a organização é demonstrado em cada situação sucessiva na qual se encontrem.

Embora a responsabilidade seja vista como uma nova característica da ascensão profissional no mundo contemporâneo, o que emerge no depoimento de A3 é a cooptação pelo sistema da usina. Observou-se, pois, que a consciência manifestada enquanto ele descreveu suas atividades na realidade é uma falsa consciência, pois ele incorporou o discurso de um grupo ao qual ele não pertence.

No relato de A3, foi possível notar também a preocupação em desenvolver uma atividade que seja reconhecida, para que, desta forma, ele conseguisse a “promoção” na empresa por meio da mudança de função. Foi em busca desta mudança de função e de reconhecimento que A3 desenvolveu atividades variadas, mas ainda ligadas ao corte de cana. A partir deste relato, foi possível observar a concepção de Bridges (1995), que abordou a necessidade de os trabalhadores serem capazes de desviar seu enfoque rapidamente de uma tarefa para outra, de trabalhar com pessoas de características pessoais e profissionais diferentes, sem descrições de cargos claras, principalmente em diversos projetos ao mesmo tempo. Estes são aspectos que caracterizam o emprego como situacional, pois se exige dos trabalhadores uma capacidade imediata de adequação a novos processos de trabalho que são instaurados sobre eles no decorrer e no desenvolvimento de suas funções.

Torna-se relevante destacar que, no depoimento de A1, ele falou em estabilidade a partir do momento em que se tornou cortador de cana-de-açúcar; por estar em uma empresa, em uma firma, ele não tinha a preocupação de “carpir” diária. Todavia, foi possível observar que a estabilidade citada por A1 representa, na verdade, uma migração dele do trabalho informal para o trabalho formal, pois, no decorrer de seu relato, notou-se que não havia estabilidade de emprego, mas sim uma necessidade de desenvolver habilidades que atendessem aos requisitos de suas funções e assegurassem sua permanência na organização, denotando mais uma vez a cooptação de A1 pelo sistema da usina.

Entretanto, conforme indicaram os relatos de A1, A2, A3 e A4, observa-se que, na época, eles já tinham a consciência de suas condições de cortadores de cana-de-açúcar. Ou seja, ao conseguirem se expressar sobre como era a atividade exercida no corte de cana e como esta atividade os marcou, os ex-cortadores de cana apresentaram, em seus relatos, um conhecimento de causa, pois eles vivenciaram e tinham consciência do que estavam relatando.

Ademais, nos depoimentos de A1, A2, A3 e A4, o corte de cana foi relatado como um trabalho árduo e cansativo, e era realizado somente por obrigação. Com isso, foi possível perceber o quanto a função de cortador de cana interferiu na identidade destes trabalhadores e na forma de eles interpretarem esta atividade. Além disso, ao se remeter a entrevista à história de formação de suas vidas, notou-se, durante os depoimentos, uma forma de contato de cada um consigo por parte dos ex-cortadores de cana, como se eles estivessem construindo a história que viveram durante sua trajetória de vida.

Sendo assim, embora, nos relatos de A1, A2, A3 e A4, tenham emergido indícios de manifestação da consciência, foi observada uma inibição das percepções individuais em função da ideologia da usina, caracterizando, assim, mais uma vez, a cooptação destes trabalhadores, pois eles desconheciam que, na realidade, estavam pensando e agindo não por vontade própria, mas de acordo com padrões estabelecidos.

Em seus depoimentos, A1, A2 e A4 descreveram suas atividades na função exercida atualmente, comparando-as com a atividade de cortadores de

cana. Eles fizeram questão de enfatizar a forma de desenvolvimento de suas tarefas, ressaltando a necessidade de compreensão acerca do que fazem e a mudança de responsabilidade em suas atividades, principalmente sobre outras pessoas. Sendo assim, nos depoimentos de A1 e A2, a responsabilidade foi relatada como a principal diferença entre as atividades realizadas por eles, enquanto, no depoimento de A4, a principal diferença existente em sua função está no ambiente físico, pois, para ele, o fato de trabalhar sentado é bom, já que exige um esforço físico menor.

Assim, mesmo com a manifestação de consciência que emergiu nos relatos, os depoimentos apresentaram contradições no que diz respeito aos seus processos emancipatórios, pois os sujeitos entrevistados citaram a responsabilidade como um diferencial de suas novas funções, quando, na verdade, a responsabilidade se tornou um elemento ao qual eles se sujeitaram.

### **Categoria B – Agir comunicativo**

A seguir, outros trechos dos relatos dos ex-cortadores de cana-de-açúcar quando foram indagados sobre suas atividades (trabalho), desde o tempo em que trabalhavam na lavoura até suas novas funções profissionais.

A1: “Ah, primeiro você chegava, tinha os fiscal de ‘eito’, às vezes você falava e eles não escutavam... é isso aí mesmo, a firma tem isso aí, se você quiser trabalhar, trabalha, senão você vai embora... (pausa)... lá o que eu via era isso (*falou com tristeza e certo desprezo*)... Você conversava... você às vezes discutia... só que não tinha retorno... sabe o que é a pessoa te ouvir e você sabendo que está entrando por aqui e saindo por aqui? (*gesticulou junto aos ouvidos*)... que não vai te ajudar em nada?... (*irritação*) [...] Hoje, não. Hoje volto a dizer o que eu disse lá atrás um pouquinho, o pessoal adquiriu um respeito... entra e conversa... tem o direito de sentar e conversar [...] agora hoje os cortadores são tão conhecedores dos direitos deles que eles nunca buscam um sindicato, eles falam direto com a supervisão, gerente, diretoria [...] se você quer falar, e o gerente não está ocupado, abre a porta e te atende, hoje é assim (*risos*)”.

A2: “[...] no corte de cana, não tinha diálogo, hoje eu questiono... às vezes até com o meu supervisor, falo pra ele assim não dá e tal... entendeu? [...] eu questiono e falo: olha, assim parece que é melhor, mas ele sempre decide [...] assim, a diferença principal é que agora eu tenho tudo anotado, e tendo anotado as coisas a pessoa... não esquece, vai ler, vai vender... fica certo. No corte de cana, o chefe direto era o apontador e ele chegava e falava: ‘olha, pessoal, vamos fazer isso hoje, fazer aquilo... é assim o serviço...’. Ele chegava e falava, por isso que hoje eu questiono um pouco mais, está documentado, não é só fala”.

A3: “[...] no corte, o apontador tinha que ter muito ‘jogo de cintura’ pra poder explicar, porque às vezes ele tentava e muita gente tratava com certa ignorância, não conseguia entender... então tinha (*sic*) uns questionamentos sim [...] hoje o pessoal questiona, eu questiono, mas nada demais, os supervisores orientam bem...”.

A4: “[...] no corte de cana, não tem muito que questionar. Depois o fiscal de cana passa te dando o preço, mais tarde né, como fiscal geral... 9 horas, 9h30 [...] não tinha diálogo, ele só passava o que tinha que fazer... cortar cana! Mas um exemplo, todo mundo já sabia o que era pra fazer... cada um pegava sua ‘rua’ ali e fazia, para o fiscal marcar... e era isso [...] às vezes eu questiono porque atrapalha o meu trabalho [...] mas tento no diálogo, às vezes dá certo, às vezes não... mas sempre tem que passar pelo superior”.

Durante os depoimentos, foi possível observar que os entrevistados não apresentaram indícios de emancipação, pois estes trabalhadores não se libertaram das dominações impostas sobre eles. Ademais, no que diz respeito ao agir comunicativo, notou-se que não existe ação dialógica entre ex-cortadores de cana e seus superiores, ou seja, não há um agir orientado para o entendimento mútuo destes indivíduos.

O que emergiu nos relatos foi apenas o falar, e não um diálogo para que se chegue a uma ação comum, pois estes trabalhadores relataram, mas não captaram nem formularam o significado daquilo que declararam, ou seja, os trabalhadores simplesmente se manifestaram. Sendo assim, nos depoimentos dos

ex-cortadores de cana, não houve relatos que mostrassem a remoção destas barreiras, mas sim o predomínio da falta de liberdade no reconhecimento de seus reais interesses.

Durante os depoimentos, foi possível notar que, enquanto cortador de cana, as ações tinham como ponto de partida o entendimento por meio da fala, mas este entendimento não ocorria já que os cortadores de cana não eram ouvidos. Ao se remeter às atividades realizadas atualmente, A1 e A2 manifestaram uma comunicação livre de coerção, pois eles disseram que podem falar e são ouvidos, embora não haja indícios de que se chegue ao consenso por meio da fala, ou seja, um entendimento entre os sujeitos, pois a palavra final é sempre do supervisor.

Dentro da perspectiva do agir comunicativo de Habermas, a emancipação resulta do agir orientado para o entendimento mútuo em uma atividade na qual os indivíduos se comunicam por meio da linguagem, tendo por objetivo a ação orientada pelo entendimento, o que não foi identificado nos relatos de A1, A2 e A3. O que pôde ser observado nos relatos foi somente o falar, que, para Habermas (2003), compreende atividades de “lançar mão” de atos de fala, como ordens, confissões, constatações.

Na concepção de Habermas (2003), é possível descrever e explicar um fenômeno sem saber seu real significado, fazendo-o somente pelo que se observa dele, o que caracteriza o depoimento de A1, quando ele falou que “basta correr atrás que os trabalhadores são atendidos”. Nota-se, assim, que os trabalhadores relataram, mas não captaram nem formularam o significado daquilo que expuseram; não há, nos depoimentos de A1, A2 e A3, indícios de envolvimento e entendimento das partes, que, segundo Habermas (2003), poderia ocorrer por meio do agir comunicativo. Sendo assim, as manifestações feitas pelos trabalhadores atualmente se assemelham àquelas que A1, A2 e A3 descreveram como se ainda fossem cortadores de cana, ou seja, os trabalhadores simplesmente se manifestaram.

Não se observou, nos relatos de A1, A2, A3 e A4, a interação comunicativa entre eles e seus supervisores, tanto quando eram cortadores de cana como em suas funções atuais. Segundo Habermas (2003), a interação comunicativa ocorre por meio da ação pela qual os agentes são considerados competentes

linguisticamente, e empregam o uso de argumentos válidos e capazes de fundamentar suas proposições. Para isso, é necessária uma orientação dialógica mútua entre as partes de modo a que se chegue à ação comunicativa, e não somente o lançar mão da fala, conforme relatado nos depoimentos.

Quando A1 relatou que hoje existe uma flexibilidade maior porque os funcionários têm a “porta aberta” para falar com a gerência ou com a diretoria, emergiu mais uma vez o fato de apenas lançar mão da fala, pois não houve indícios de interação dialógica. O que se observa, na verdade, é uma forma velada de controle da organização sobre os comportamentos de seus funcionários.

A partir do relato de A1, estes elementos objetivos são realizáveis, pois se evidenciaram, em sua exposição, comportamentos que são, na verdade, uma reprodução da ideologia da usina. Sendo assim, torna-se relevante enfatizar que, por meio dos relatos de A1, A2, A3 e A4, não foi percebida a possibilidade de negociação entre eles e seus superiores no que diz respeito ao desenvolvimento de suas tarefas. Mesmo quando ocorre o diálogo, a decisão final não é uma consequência do entendimento mútuo, mas sim da posição hierárquica ocupada, ou seja, os superiores é quem detêm a palavra final.

Na concepção de Habermas (2003), para que ocorra a emancipação por meio do agir comunicativo, o acordo não pode ser imposto à outra parte, devendo ocorrer por intermédio de um processo de entendimento mútuo, no qual os atores perseguem suas respectivas metas somente mediante um ajuste existente ou uma negociação sobre a situação e as consequências esperadas.

Ressalta-se que, levando-se em conta os depoimentos coletados, não foi possível identificar indícios de liberdade, pois os ex-cortadores de cana-de-açúcar ainda são manipulados pela realidade que os domina, já que não houve relatos que mostrassem a remoção destas barreiras, mas sim o predomínio da falta de liberdade no reconhecimento de seus reais interesses.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir dos relatos coletados e interpretados à luz do referencial teórico empreendido, pode-se concluir

que, na visão dos ex-cortadores de cana-de-açúcar que hoje exercem funções administrativas em nível operacional, sobre o ajuste profissional por eles vivenciado, este ajuste foi uma grande oportunidade concedida pela usina. Eles são “gratos” à organização pela oportunidade concedida para que exerçam estas novas funções e deixem o trabalho do campo. Para os empregados entrevistados, desde o instante em que passaram a exercer funções administrativas, eles foram evidenciados na organização pelo fato de não fazerem mais parte da massa “invisível” que trabalha no corte de cana-de-açúcar. Ainda na visão destes trabalhadores, a partir do momento em que saíram do corte de cana-de-açúcar, iniciou-se uma busca constante por novas habilidades, qualificações e competências, pelo fato de que estes aspectos que lhes proporcionariam novas oportunidades.

O discurso dos ex-cortadores de cana-de-açúcar sobre as necessidades de qualificação para aproveitar oportunidades demonstra que eles se colocam constantemente à disposição para atender às expectativas da usina e de seus gestores. Sendo assim, os ex-cortadores de cana foram cooptados pelas usinas, pois reproduzem a sua ideologia (inconscientemente), o que os mantém ajustados à estrutura vigente.

Percebeu-se que não há indícios de emancipação nos relatos dos ex-cortadores de cana-de-açúcar que hoje exercem funções administrativas em nível operacional, pois eles continuam submetidos e dominados por outrem ao exercerem suas novas atividades profissionais em caráter administrativo. Embora os ex-cortadores de cana-de-açúcar, por inúmeras vezes, tenham afirmado que dispõem de liberdade para se manifestar sobre suas atividades atuais, não foram encontrados vestígios de ação dialógica em tais manifestações, o que caracterizaria sinais de emancipação.

Concluiu-se que esta “liberdade” concedida pelas usinas, ao permitirem que os trabalhadores se manifestem, é uma forma de controle velado sobre eles, pois, assim, estes não encontram argumentos para externar opiniões contrárias às diretrizes das organizações. Detectou-se, inclusive, que os ex-cortadores de cana-de-açúcar apenas lançam mão da fala, ou seja, eles se expressam, mas não há ação dialógica para que se chegue a um entendimento mútuo. Sendo assim, a emancipação dos ex-cortadores de cana-

de-açúcar a partir do agir comunicativo não ocorre, pois as barreiras ideológicas das usinas são predominantes, da mesma forma como a falta de liberdade no reconhecimento, por parte dos empregados, dos reais interesses organizacionais e a manifestação da consciência de outrem – ou seja, estes trabalhadores encontram-se alienados.

Os ex-cortadores de cana-de-açúcar foram cooptados pelas normas, pelas diretrizes e pelos ideais da usina, e desta forma incorporaram e passaram a reproduzir um discurso que não lhes pertence. Concluiu-se, inclusive, que o fato de se sentirem próximos de seus superiores e poderem se manifestar sobre suas atividades de trabalho faz com que eles se

sintam valorizados pela organização, quando, na verdade, este fato é uma forma de controle exercido sobre eles.

Sendo assim, em resposta ao problema de pesquisa levantado *a priori*, chegou-se à conclusão de que o ajuste profissional dos ex-cortadores de cana-de-açúcar não propiciou a emancipação destes profissionais, pois não houve agir comunicativo após seu ajuste profissional. Na verdade, os trabalhadores apenas mudaram o lócus de trabalho para uma posição fisicamente menos exaustiva na estrutura organizacional, mas eles continuam submissos, e sem liberdade de ação no desenvolvimento de suas atividades.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Marcos Pereira F. de. Um estudo comparado sobre gestão emancipadora em organizações comunitárias: a comparação Bahia (Brasil) e Québec (Canadá). *Revista Gestão e Planejamento*, ano 3, n. 6, p. 57-69, Salvador, julho/dezembro, 2002.

BAUMGARTEN, Maíra. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva? *Cadernos de Sociologia*, n. 10, p. 137-178, Porto Alegre, PPGS, 1998.

BOUFLEUER, José Pedro. *Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRIDGES, William. *Mudanças nas relações de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 6, p. 67-75, São Paulo, FGV, novembro/dezembro, 1995.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

ENRIQUEZ, Eugène. Prefácio. In: DAVEL, Eduardo & VASCONCELOS, João (coords.). *Recursos humanos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 1, p. 18-29, São Paulo, FGV, janeiro/março, 1997.

GOMES, Luiz Roberto. Educação, consenso e emancipação na teoria da ação comunicativa de Habermas. *Publicatio UEPG – Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, v. 15, n. 2, p. 53-63, Ponta Grossa, UEPG, dezembro, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LUIZ, Danuta E. Cantóia. Apresentação. *Emancipação*, v. 5, n. 1, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Departamento de Serviço Social, 2005.

MARTÍNEZ, Esteban M. In: SILVA, Benedito (coord.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1986.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Maria Alice de & SOARES, Fátima do Espírito Santo. Competências baseadas em comportamentos de entrega e modelo de carreira proteano: desafios para as profissionais de secretariado. In: XVII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIADO – CONSEC. *Anais...* Fortaleza: Fenasse/ Sindsece, 2010.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PIZZI, Jovino. O desenvolvimento e suas exigências morais. 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2009.

SCHMITT, Elaine Cristina. *Controle social, vínculo e subjetividade: estudo de caso em uma organização multinacional*. 2003. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em

## REFERÊNCIAS

Administração da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: PPGA/UFPR.

SILVA, Vital Ataíde da. *Adorno e Horkheimer: a teoria crítica como projeto de emancipação*. 2007. 131f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: PPGF/UFBA.

STIELTJES, Claudio. *Jürgen Habermas: a desconstrução de uma teoria*. São Paulo: Germinal, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

VIZEU, Fabio. Uma aproximação entre a liderança transformacional e a Teoria da Ação Comunicativa. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 1, p. 53-81 São Paulo, Mackenzie, janeiro/fevereiro, 2011.